

PARADOXOS DO JORNALISMO ECONÔMICO

Bernardo Kucinski



A medida que o Brasil foi sendo governado por pacotes — ou desgovernado — o jornalismo econômico foi ocupando mais e mais espaço nos nossos meios de comunicação, especialmente na mídia impressa, até se constituir em núcleo organizador do noticiário. De legitimadora da política, a economia passou a legitimadora do jornalismo, numa inversão ética agravada pela natureza dessa economia, voltada não à satisfação do homem, e sim às necessidades de acumulação do capital.

Paradoxalmente, apesar da extensão do espaço dedicado pela mídia à economia, pouca gente consegue entender a natureza do “mal-estar econômico”, incluindo intelectuais,

estudantes e professores universitários e até mesmo empresários, sistematicamente surpreendidos por crises e pacotes. Por que foi necessário este ou aquele “pacote”? Por que o câmbio está defasado? Principalmente, por que tanta miséria e tanto desemprego, num país tão rico?

Será que o jornalismo econômico é vítima de uma disfunção, como tantas outras em nosso país? Ou sua verdadeira função é confundir e não explicar?

Numa primeira aproximação, notamos que o discurso do jornalismo econômico, a partir do reinado de Fernando Henrique, tornou-se totalmente homogêneo, característica surpreendente, numa sociedade

de socialmente polarizada, e ideologicamente dividida, na qual existem várias correntes de opinião. O jornalismo não vem refletindo, ao contrário, vem suprimindo as divergências existentes na sociedade, especialmente em relação aos temas que as classes dominantes devem considerar estratégicos. Que temas são esses?

Em primeiro lugar estão as gigantescas transferências de patrimônio do Estado para o setor privado, a maioria grupos estrangeiros, iniciada com a crise da dívida

O jornalismo não vem refletindo, ao contrário, vem suprimindo as divergências existentes na sociedade, especialmente em relação aos temas que as classes dominantes devem considerar estratégicos.

externa. Somente no primeiro reinado de Fernando Henrique essas transferências devem somar cerca de US\$ 100 bilhões, o maior processo de entrega de patrimônio jamais verificado num país periférico. A supressão de opiniões críticas a esse processo vem se dando pela simples desqualificação de seus autores, chamados sumariamente de “dinossauros.”

Outro objetivo estratégico é a manutenção do próprio sistema, ou seja, de suas “condições de reprodução”, que no Brasil sofrem riscos especialmente no momento da sucessão presidencial. Isso se deve tanto à grande concentração de poder do presidente, como ao surgimento sistemático de uma

candidatura alternativa oriunda do campo popular, fortemente motivada pela polarização na base da estrutura social. As campanhas presidenciais constituem-se num “momento estratégico”, do ponto de vista da manutenção das “condições de reprodução” do sistema, e por isso, logo no seu início, mudam os procedimentos internos de controle na mídia, criam-se chefias e hierarquias especiais e filtros adicionais do noticiário.

No tratamento de temas não considerados pelo poder como es-

tratégicos, a mídia, talvez até por um mecanismo de compensação, vem se revelando cada vez mais pluralista e crítica. Entre esses temas estão os problemas clássicos do transporte público, violência,

drogas, habitação, educação e saúde, e os temas naturalmente polêmicos, como o aborto.

Mas é principalmente nas denúncias de corrupção, que toda a mídia latino-americana vem se destacando nas duas últimas décadas, erigindo a reportagem investigativa em um dos gêneros dominantes, apesar do decaimento geral da reportagem. Na denúncia da corrupção a mídia freqüentemente assume o papel de condutora do processo, como se deu na derrubada de Collor. Ao mesmo tempo em que normalmente não são estratégicas, pois raramente colocam em risco o modelo econômico e a continuidade do sistema, são denúncias que contribuem para a desmo-

ralização e portanto deslegitimação do político.

No entanto, há momentos em que a denúncia de uma corrupção cria uma situação de risco para as condições de reprodução do sistema. Não foi o que aconteceu na substituição de Collor por Itamar e por isso a mídia somou na condução das denúncias. Mas foi o que se deu no caso da compra de votos para a emenda da reeleição de Fernando Henrique. O jornalismo investigativo da Folha criou uma situação de risco, logo diagnosticada pelo conjunto dos meios de comunicação como um “momento estratégico”, e por isso a Folha ficou sozinha, isolada. Foi abandonada pelo resto da mídia, alérgica a uma temática que desgastaria a imagem do presidente, até então o principal patrimônio político da burguesia brasileira e garantidor maior de todo o processo de transições patrimoniais.

Com a crise do Real, criou-se um outro momento estratégico. E qual foi o comportamento da mí-

dia? A crise foi noticiada, até com exuberância e, dizem alguns economistas, com sensacionalismo. No entanto, os espaços foram massivamente ocupados pelas fontes oficiais, pelo discurso oficial. Nunca se viu tanto Malan e tanto Gustavo Franco em fotos de quatro colunas como durante a crise. Nunca se viu tanta entrevista com José Mendonça de Barros, Mailson da Nobrega, Carlos Alberto Sardemberg, empresários e banqueiros. O que menos se viu foi a voz crítica da oposição. Até mesmo da oposição de direita. Delfim Netto, que anunciava a crise há meses, foi pouco lembrado. As oposições foram ignoradas em geral, mas episodicamente retratadas ora como culpadas da crise, por não terem votado “as reformas”, ora como jubilantes com o desastre, a tal ponto que se colocaram efetivamente na defensiva, com medo de serem retratadas como traidoras, corvos que se alegrem com a carniçaria geral.

Durante toda a primeira fase da crise, Malan, Gustavo Franco e

Fernando Henrique, os principais culpados do desastre, foram retratados como heróis de uma resistência nacional contra o “ataque especulativo” do exterior. Sem memória, a mídia esqueceu que o próprio governo havia assegurado que o Real era imune a um ataque especulativo. A crise em si foi descrita como “global”, um fenômeno da natureza, um El Nino financeiro — expressão efetivamente usada pela mídia — contra o qual pouco se podia fazer. Mais uma vez se escamoteou a natureza da crise, que não afetou grande número de economias importantes, tanto do centro como da periferia. Uma crise que não afeta de forma decisiva o carro chefe da economia mundial, a economia americana, não é exatamente uma crise global. E a França, a Grã-Bretanha ou o Canadá, qual desses países foi decisivamente afetado? Nenhum.

Tratou-se essencialmente de uma crise de determinado modo de inserção de um grupo de economias periféricas no sistema mundial. O Plano Real é um dos mais notáveis exemplos desse



modo de inserção. Criou, desde o início, um desequilíbrio estrutural nos pagamentos internacionais do país que o governo cobria atraindo capitais especulativos a juros altos. Apostava-se numa reversão. Mas qualquer criança de oito anos sabia que essa reversão não podia acontecer porque as remessas de lucros do capital são crescentes e o conteúdo importado do novo modelo é maior do que o do modelo anterior. Ao contrário, o desequilíbrio foi se acentuando, agudizando a perspectiva de uma desvalorização. Quando o Banco Central passou a segurar as guias de importação e escamotear as estatísticas, como se fazia nos tempos de Delfim, precipitou-se a fuga de capitais. A crise do Sudeste asiático apenas acelerou essa fuga.

Uma das críticas freqüentes do campo conservador às esquerdas era a de sempre culpar o “imperialismo”, ou seja “o outro”, pelos nossos problemas. Mas hoje é a mídia atrelada ao discurso oficial que culpa o “outro”. A expressão “crise global” é usada muito mais para confundir do que para explicar — um caso particular da expressão “globalização”, amplamente usada como justificativa histórica do projeto neoliberal. Foi tão eficaz esse truque, que até mesmo alguns porta-vozes do campo popular se deixaram levar pela tese da “crise global”, esque-

cendo que no caso específico do Brasil trata-se, acima de tudo, de uma crise cambial, afetando a existência do mecanismo de sustentação do real. Uma crise recorrente na história do Brasil e que nada tem a ver com as reformas e muito pouco a ver com o déficit público. Uma crise de um país periférico, dependente, cuja moeda não é aceita em pagamentos internacionais, por mais que tentem fazer do real uma moeda forte.

Quase todos esses formadores de opinião, a partir do acesso privilegiado às fontes oficiais, reproduzem o discurso oficial, limitando suas críticas a questões pontuais. Quase todos, não por simples coincidência, são jornalistas especializados na cobertura econômica.

Durante a crise do real, mais uma vez verificou-se o papel crucial desempenhado por um seletivo grupo de formadores de opinião que vem ocupando espaços privilegiados nos jornais, rádio e televisão. É apenas cerca de uma dúzia de jornalistas, que criaram uma identidade nacional pela televisão, mas que também escrevem colunas, reproduzidas em dezenas de jornais em capitais e cidades grandes e médias do interior e falam várias vezes por dia em emissoras nacionais de rádio. Às vezes fica difícil entender como podem estar em tantos lugares ao mesmo tempo. Quase todos esses formadores de opinião, a partir do acesso privilegiado às fontes oficiais, reprodu-

zem o discurso oficial, limitando suas críticas a questões pontuais. Quase todos, não por simples coincidência, são jornalistas especializados na cobertura econômica.

Esses formadores de opinião determinam o padrão da cobertura. Mas, às vezes, o padrão se rompe. No caso Collor, o padrão se tornou vulnerável a partir do confisco da poupança, e se rompeu definitivamente quando esse confisco se revelou inútil e a infla-

ção voltou. A classe média pediu sua cabeça. Em geral, o padrão se rompe quando a crise se agrava muito e o próprio empresário descobre que estava mal informado ou desinformado. Que se havia deixado levar

por crenças autoprofessadas, oriundas de um processo de reforço do discurso oficial, que ele mesmo ajudou a construir e no qual a mídia se alimentou para depois realimentar. Mas, dá-se uma ruptura igualmente desinformada e não conscientizadora, porque todo o processo sempre foi de escamoteação. A culpa é jogada na vítima, nos trabalhadores, que “ganham demais”, nos funcionários públicos, que têm “privilegios”, nos políticos que “não aprovam as reformas”, nos sindicatos, que “defendem as estatais”.

E LA NAVE VA.

Bernardo Kucinski é professor de jornalismo econômico na ECA-USP.